

Emprego com carteira assinada cresce 6,7%

Resultado aponta estabilidade em maio, em relação a abril, mas houve crescimento de emprego formal em relação ao mesmo mês de 2010

**Daniela Amorim
Glauber Gonçalves** / RIO

O mercado de trabalho brasileiro nunca registrou tantos postos formais como agora, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora o número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada tenha ficado estável em maio em relação a abril, houve um aumento de 6,7% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Com o emprego forte em diversos setores da economia, cresce o contingente de mão de obra que abandona trabalhos informais e migra para outras posições. É o caso de ocupações como serventes de pedreiro, diaristas e empregadas domésticas.

O trabalhador de menor qualificação vê na expansão do emprego formal uma chance de estabilidade e ascensão profissional. "Ninguém trabalha de bico porque quer, trabalha porque não tem entrada na formalidade", afirmou Cimar Azeredo, gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Os setores da indústria, comércio e construção têm registrado aumento na criação de vagas formais desde 2003. Além disso, há um movimento de terceirização de serviços nas empresas, o que ajuda a criar postos com carteira assinada, segundo Azeredo. De 2003 a 2010, o número de empregados com carteira assinada na construção cresceu 11,4%. No comércio, a alta foi de 9,5% no período e no setor de serviços a empresas, onde a terceirização tem forte peso, o número aumentou 7,5%.

Benefícios da formalização atraem trabalhadores como Claudia Dias de Araujo da Silva, que trocou uma remuneração maior como diarista por uma vaga de faxineira numa empresa de limpeza. "Eu ganhava bem mais como diarista, mas não podia ficar doente nem tinha garantias."

Ao mudar de empresa, Claudia conseguiu ascender de faxineira a coqueira, mas acabou per-

● De 2003 a 2010

11,4% foi a alta do emprego formal na construção

9,5% foi a alta do emprego formal no comércio

dendo o emprego. Porém, ela conta que a experiência em carteira ajudou, e não ficou desempregada nem três meses. Hoje, é promotora de vendas em um supermercado. "As empresas não querem quem não tem experiência em carteira ou fica pouco tempo num emprego. Já estou há sete meses como promotora. Estou esperando mais alguns meses para voltar a procurar outra vaga com salário melhor."

Com ensino médio completo, o pedreiro Jonas da Silva quer deixar para trás os oito anos como autônomo da construção civil. Ao ver a economia crescendo e a profusão de investimentos no Rio, matriculou-se em um curso de soldador oferecido pelo Senai durante a madrugada. O objetivo dele é até o fim do curso, de

cerca de três meses, estar empregado na indústria.

Além de uma remuneração mais alta para sustentar os dois filhos, Jonas quer ter acesso a direitos trabalhistas, como férias e décimo terceiro salário. "A indústria tem crescido muito, e aqui no Rio, ainda temos a Copa e a Olimpíada. Por isso, estou com grande expectativa", diz.

Os trabalhadores mais qualificados também são beneficiados pela formalização. Parte da força de trabalho já empregada migra para postos que exigem maior nível de instrução. Isso ocorre porque, quando a economia estava crescendo pouco e o desemprego estava em alta, muitos se submetiam a ocupações que estavam aquém da capacitação.

"Algumas dessas posições estavam sendo ocupadas por pessoas mais qualificadas pela falta de opção. À medida que o mercado vai melhorando, a pessoa que tinha curso técnico, mas estava com subemprego, percebe que o investimento na qualificação está sendo bem demandado e prefere sair para uma ocupação que exige maior conhecimento", diz o economista Eduardo Pontual Ribeiro, professor da UFRJ.

Maior oferta de vagas incentiva alta rotatividade

Trabalhadores menos qualificados preferem ser demitidos para sacar o FGTS e receber o seguro-desemprego

RIO

A alta rotatividade de trabalhadores tem afetado atividades que exigem baixa qualificação. Com o avanço da criação de postos de trabalho, esse tipo de trabalhador, que tem poucas oportunidades de crescimento dentro da empresa, prefere ser demitido para receber o seguro-de-

semprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ficar um tempo na informalidade e depois arrumar outro trabalho.

Dados da Caixa Econômica Federal mostram que o número de saques do FGTS por demissão sem justa causa aumentou, passando de 17.371.672 em 2009, ano em que houve demissões como resultado da crise global, para 17.543.826 em 2010, quando a economia brasileira registrou recorde de contratações. Nesse ano foram 2,861 milhões de novas vagas, num total de 44,068 milhões de empregos com carteira assinada.

“O Brasil é o único país que

conheço em que, quando a taxa de desemprego diminui, os gastos com seguro-desemprego aumentam. A legislação trabalhista brasileira gera um enorme incentivo para que os trabalhadores pouco qualificados queiram ser demitidos, porque eles recebem um prêmio em dinheiro”, afirma o professor José Márcio Camargo, da PUC-Rio.

Analistas explicam que a maior oferta de vagas formais acaba criando uma dificuldade para o preenchimento de postos em atividades com remuneração menor ou que exijam um esforço físico maior. “Em um momento de crescimento do empre-

go, as pessoas começam a ser mais seletivas, e torna-se mais difícil atrair gente. Mesmo que a pessoa tenha um nível de qualificação menor, ela tem mais facilidade de encontrar trabalho em outros lugares”, explica o pesquisador Roberto Gonzalez, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O setor de construção, por exemplo, convive com a saída de serventes para trabalhar em residências, fazendo serviços gerais. Como o salário desses profissionais é baixo, eles acabam contratados por famílias, por valor um pouco superior ao seu salário anterior, para desenvolver atividades menos pesadas do que exerciam no canteiro de obras.

“Está havendo uma procura por serventes de baixa renda para trabalho em casa de família, em funções como caseiro, faxineiro e jardineiro”, diz Laudelino da Costa Mendes Neto, presidente do Conselho Empresarial das Relações do Trabalho, da Associação Comercial do Rio.

Segundo economistas, nos próximos anos, o problema pode se agravar, podendo chegar ao ponto de o País se transformar em um polo receptor de mão de obra de nações vizinhas para desempenhar funções rejeitadas pelos brasileiros. /G.G.eD.A.



Melhoria. Jonas da Silva está fazendo curso de soldador e quer trabalhar na indústria